

A hora da fusão das duas CPIs

Dois grandes acontecimentos de natureza policial — a prisão de PC Farias na Tailândia e a descoberta do cadáver e da autoria do assassinato de Ana Elizabeth Lofrano, em Brasília — dão os rumos da política brasileira esta semana. São carros alegóricos de um mesmo enredo. Separados por duas CPIs, estão interligados na mesma teia de manipulação criminosa do Orçamento da União.

A CPI de PC Farias e a CPI do Orçamento trafegam no mesmo trilho. Cruzam-se em alguns desvios do carro-forte do Tesouro Nacional, mas podem encontrar-se definitivamente agora. PC Farias é o maior arquivo do país. Ele fugiu sem contar tudo o que sabe do engenhoso esquema de corrupção que levou à derrubada do governo Collor e que, comprovadamente, tem conexões com a malha da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

A roubalheira é uma só, um esquema que está vindo abaixo. É uma ironia que a *Operação Mãos Limpas* brasileira esteja nas mãos de PC Farias. Se ele falar, meio mundo da política e dos negócios no Brasil desaba. Se o anão-mor João Alves, mais do que abrir o coração ressentido, desvendar todas as esquinas do mapa da mina dos *irmãos-metralha* do Orçamento, a República também tremerá.

É bom que eles falem, embora por enquanto só João Alves ameace fazê-lo, e que venham terremotos assim. A purificação virá pela verdade, não pelo conchavo. Há um certo pânico com a ameaça de radicalização do esporte de atear fogo em reputações. Quando os processos de cassação de deputados e senadores chegar à Comissão de Constituição e Justiça, teme-se que, no desespero, os acusados lancem palavras ao vento.

Não deixa de ser um risco. Um João Alves, um Cid Carvalho ou um Manoel Moreira pode muito bem dizer que fez um depósito de US\$ 100 mil na conta de um determinado parlamentar tido como honesto. O líder de um grande partido fez essa simulação para um deputado amigo, pacato e íntegro, e perguntou como ele reagiria, numa hipótese dessas. "Daria um tiro na cara dele", respondeu o deputado.

Resposta colhida na informalidade de uma conversa de corredor não pode ser levada a sério como ameaça. Mas serve como amostra do estado de espírito captado no Congresso. Quanto mais se mexe na lama, mais ela fede. Nem por isso se deve deixar de removê-la. O risco de radicalização não pode ser pretexto para intimidação.

Os homens públicos responsáveis saberão separar a denúncia irresponsável e leviana — parta ela de um facinora capaz de enterrar viva a própria mulher ou de um ex-seminarista especializado em literatura francesa e em crimes de colarinho branco — da que realmente pode ser levada a sério. Mais do que nunca, esta é a hora das provas.

Ainda não se sabe com precisão até onde essa história chegará. Discute-se se serão cassados cinco, dez, 15 ou 20 parlamentares. Mas não se medirá na cassação por metro o grau da purificação do sistema de representação parlamentar, até porque a sede de sangue da opinião pública não será saciada sequer com 100 ou 200 cassações.

Antes do número de cassações, há duas outras questões mais importantes a preocupar. A primeira é o desmantelamento completo do esquema de roubalheira. A segunda é saber quando, afinal, se baixará a guilhotina sobre o mandato dos corruptos.

Do jeito que anda a procissão, se arrastando pelos ritos que nem cobra pelo chão, o Congresso corre sério risco de chegar à eleição de renovação parlamentar numa circunstância muito perigosa. Cumprida toda a liturgia, a cassação por falta de decoro parlamentar praticamente não punirá o deputado ou o senador acusado no exercício do atual mandato.

O rito esticará os processos até maio ou junho. Aí, vem a Copa do Mundo e, em seguida, começa a campanha eleitoral. A punição acabará não valendo para o mandato em que o parlamentar caiu na ratoeira. No máximo, servirá para que ele não se candidate novamente, pena que, de resto, o repúdio do eleitor já se encarregaria de executar.

O Congresso terá dificuldades para fazer as cassações. Se 20 *anões* conseguiram expulsar da liderança do Poder Legislativo um homem da estatura de Ulysses Guimarães, certamente reunirão cúmplices suficientes para protelar ou tumultuar o processo.

O governador Antônio Carlos Magalhães sugere que se faça imediatamente uma emenda à Constituição, para entrar em vigor no máximo em 30 dias, com regras mais sumárias de cassação de corruptos. Se nem assim houver avanços, restará uma saída: a pressão das ruas. Caríssimas reputações afundaram desde o *impeachment* de Collor, mas aquela frase de Ibsen Pinheiro resiste aos costumes: "O que o povo quer, esta Casa também quer."